UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

THACYELLE BEZERRA DE LACERDA

O CENÁRIO EFETIVO DA SECA NO NORDESTE BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS RETIRANTES EM ALAGOAS

DELMIRO GOUVEIA – AL
2023

THACYELLE BEZERRA DE LACERDA

O CENÁRIO EFETIVO DA SECA NO NORDESTE BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS RETIRANTES EM ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José da Costa

DELMIRO GOUVEIA – AL
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

THACYELLE BEZERRA DE LACERDA

O CENÁRIO EFETIVO DA SECA NO NORDESTE BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS RETIRANTES EM ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de licenciada em História, aprovado em 08/09/2023.

Banca examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO JOSE DA COSTA
Data: 14/09/2023 19:30:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José da Costa
(Universidade Federal De Alagoas)

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO ABELARDO DE SANTANA
Data: 16/09/2023 19:44:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinador Interno: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
(Universidade Federal De Alagoas)

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE CICERO CORREIA
Data: 14/09/2023 22:27:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinador Externo: Me. José Cícero Correia
(Secretaria de Educação de Alagoas – SEDUC – AL)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por minha vida e me possibilitar estar realizando essa conquista e por me tornar forte nos momentos em que desanimei.

A minha família, especialmente a minha mãe, Maria Vânia, pois, é presenciando seus esforços diários que me empenho firmemente para que vitórias como essa sejam cada vez mais frequentes. Enxergar o brilho de seus olhos, e ouvir que te orgulho, me estimula a ir sempre em frente.

A minha irmã, Thays, que me incentiva em cada passo, agradeço por ser minha cúmplice, pelo apoio e ajuda, que foram fundamentais nesse processo.

Minha avó, Benedita, por todo encorajamento a mim oferecido, sou imensamente grata a senhora.

Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo José da Costa, pelo empenho, pela paciência, comprometimento e dedicação para comigo e minha pesquisa. Agradeço profundamente por acreditar em mim e por todo conhecimento a mim ofertado.

A todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a conclusão desta pesquisa.

Grata!!!

Ainda que a minha mente e o meu corpo enfraqueçam, Deus é a minha força, Ele é tudo o que sempre preciso.

(Salmos 73:26)

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar acerca da formação e desenvolvimento de Alagoas, desde sua transição de província, comarca e capitania, enfatizar a conjuntura e elementos políticos, e o período escravocrata. Além de trazer uma abordagem sobre os retirantes e as secas que ocorreram no Nordeste no século XIX e XX, ressaltar as ações públicas e políticas em relação aos recursos hídricos, e as consequências que sucederam durante este período. Quanto às fontes utilizadas, a pesquisa foi realizada através de jornais digitalizados no site Hemeroteca, a partir do ano de 1870 até 1909, livros e artigos científicos de pesquisadores dessa temática e demais fontes bibliográficas, abordando em destaque o estado de Alagoas e demais estados nordestinos, como o Ceará. Vale lembrar que as evidências e fundamentos dessa temática histórica ocorreram no período de transição de regime entre Monarquia e República que sucedeu no Brasil. Os dados adquiridos para esta pesquisa foram qualitativos.

Palavras-chave: Seca. Retirantes. Alagoas. Socorros-públicos.

ABSTRACT

The purpose of this article is to report on the formation and development of Alagoas, since its transition from province, comarca and captaincy, emphasizing the conjuncture and political elements, and the period of slavery. In addition to bringing an approach to the migrants and droughts that occurred in the Northeast in the 19th and 20th centuries, highlighting public and political actions in relation to water resources, and the consequences that happened during this period. As for the sources used, the research was carried out through digitized newspapers on the Hemeroteca website, from the year 1870 to 1909, books and scientific articles by researchers on this subject and other bibliographic sources, highlighting the state of Alagoas and other northeastern states, such as Ceara. It is worth remembering that the evidence and foundations of this historical theme occurred in the period of regime transition between Monarchy and Republic that happened in Brazil. The data acquired for this research were qualitative.

Keywords: Drought. Withdrawals. Alagoas. Public aid.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....10
2. HISTORIOGRAFIA DE ALAGOAS.....13
3. OS RETIRANTES.....17
4. A CRIMINALIDADE EMERGENTE.....21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....23
REFERÊNCIAS.....24

1. INTRODUÇÃO

A seca é um cenário efetivo nos sertões do Nordeste, se repetindo com mais frequência e cada vez com mais intensidade, prevalecendo assim o semiárido das caatingas. A seca é predominante, todavia, a estiagem duradoura que sucedia em algumas regiões do norte ocasionava tamanha dificuldade na preservação da existência dos indivíduos em manter-se naquelas localidades, uma vez que, comprometia o próprio consumo em suas tarefas diárias, além de acarretar a devastação do solo, tornando-o improdutivo para o cultivo, resultando também na privação de água e pastagens para os animais que logo eram dizimados pela seca. Devido a estas circunstâncias catastróficas, a violenta estiagem ocasionou milhares de mortes.

Desde o século XIX, diante da conjuntura efetivada pela rigorosa seca, o governo importou as políticas públicas com o propósito de combater as prolongadas estiagens em determinadas regiões do semiárido. O intuito por meio dessas políticas públicas foi desenvolver estratégias de suporte de subsistência para aquelas regiões flageladas pela seca recorrente. De acordo com a revista GeoInterações, artigo de Soares e Carvalho (2022, p. 60) “Foram construídos grandes reservatórios pelo poder público, foram executados programas de construção de pequenos açudes em cooperação com particulares e programas de construção de poços tubulares”. Outro fator determinante foi a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no ano de 1952, e anos mais tarde, em 1959 a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), estabelecendo variados conjuntos de recursos que promoveriam e beneficiariam aquelas regiões. Ao decorrer das décadas seguintes foram surgindo alterações de padrões dessas políticas em que, alguns estados passaram a desenvolver suas próprias novas e mais estratégias com relação aos recursos hídricos, conforme citado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), (2012, p. 267) “No início da década de 1990, três estados brasileiros desenvolveram seus planos de recursos hídricos, entre eles o estado do Ceará inserido na região das secas.”

Era imprescindível a criação de suportes para a reserva de água devido a fragilidade estabelecida pela seca, visto que, afetava severamente a tentativa de povoamento destas regiões. Portanto, foi a partir dessas ocorrências o que provocou

a população e também os grupos políticos sobre a seca, na qual, as políticas públicas foram implementadas para a construção de reservatórios de água, o que acarretaria também o progresso daquelas regiões.

Ao investigar fontes que relatassem acerca das duráveis estiagens, referenciando o século XIX, que prevaleceu entre os anos 1877 a 1879, essa forte seca foi o grande impulso para a construção de açudes no Nordeste, sobretudo, na região de Quixadá, no estado do Ceará. Os açudes foram construções cruciais para a preservação de modo geral da população, da agricultura e também a vida animal dessas regiões do semiárido. Sobre as obras desses reservatórios, segundo Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), (2012, p. 272) citado por SOUZA (1976) “Sem açudes não haveria Nordeste.”

Um aspecto primordial para a população, principalmente a rural, são as cisternas ou poços como forma de reservar água, por estarem localizados em regiões extremas que dificultam outras formas de a obterem. Logo, estes reservatórios são fundamentais nos municípios e povoados que não dispõem do fornecimento de água diariamente, diante disso, se tornam imprescindíveis para o uso e consumo nas atividades do cotidiano.

Na década de quarenta do século XIX, ainda no período imperial no Brasil, durante o reinado de D. João VI é mencionada sobre a idealização da estruturação de uma infraestrutura de recursos hídricos, na qual, iria viabilizar inúmeras possibilidades para as regiões nordestinas pela seca, todavia, não há documentações que indiquem a construção de determinado projeto. Ainda no Segundo Reinado, a ideia da suposta transposição das águas do Rio São Francisco voltou a surgir no ano de 1856, mas, novamente foi arquivada.

Contudo, foi somente no século XXI, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que o projeto tomou forma e deu-se início a transposição entre bacias hidrográficas. Atualmente, no ano de 2023, a transposição do rio São Francisco é uma referência de infraestrutura de recursos hídricos para os sertões nordestinos, pois, além de ser uma forma dos povos subsistirem e não perecer com a escassez nas regiões mais afetadas como a caatinga, durante a construção tornou-se também grande oportunidade de trabalho para os moradores das regiões.

No primeiro tópico buscou-se traçar o desenvolvimento do território alagoano e sua respectiva formação, desde as divisas de suas sub-regiões do litoral ao sertão, os

pólos de colonização, a influência no modo de vivência e o trabalho que cada uma exercia conforme as particularidades locais. Além de relatar as idealizações revolucionárias que surgiram durante o período, acarretando a separação da Comarca de Alagoas da Capitania de Pernambuco.

A consequência do avanço da região ocorreu, principalmente, devido ao cultivo da cana-de-açúcar, promovendo deste modo, a indústria, o comércio e o tráfico de escravos. Contudo, posteriormente, evidencia a figura do banguê e o período de decadência açucareira, econômica e industrial decorrente da lei abolicionista, no qual, o senhor de engenho não conseguiria manter o trabalho livre.

No segundo tópico tratou-se de evidenciar especificamente os retirantes, por meio de publicações de jornais do período, bem como compreender os vastos grupos desses indivíduos que fugiam da seca e suas condições de vivência a partir do egresso de suas terras e de que maneira intercorreram suas adaptações em outras regiões que passavam a residirem.

Destacou-se também o descontentamento dos habitantes das cidades que os retirantes se apropriavam, os lugares que ocupavam, além do grande número de indivíduos que tomavam às ruas, descuidados, envolvidos por moléstias, e alguns propícios a criminalidade. Sobretudo, pela negligência do governo em não tomar providências cabíveis e, por conseguinte, as missões de socorro estabelecidas aos retirantes.

O terceiro tópico menciona a devastação pela seca das regiões dos sertões nordestinos e a procura de novos lugares. A negligência do governo, a fome e a aflição pela sobrevivência fazem os retirantes se submeterem a atos criminosos.

Destacou-se, igualmente, a criminalidade no território alagoano que ampliou significativamente devido aos grupos de retirantes que lá encontravam-se. Muitos destes já realizavam condutas errôneas como a criminalidade, outros passaram a adotar determinadas práticas no ímpeto da necessidade pela miséria em que viviam.

Devido a vasta demanda por mantimentos surgem as missões de socorros públicos, os benefícios que o governo oferecia aos retirantes e, posteriormente, passaram a oferecer permutas, oportunidades de trabalho em obras para conseguirem mantimentos. O intuito dessa troca foi uma maneira de remover os retirantes das ruas, onde ficavam amontoados, igualmente, desvia-los de atos infratores.

2. Historiografia de Alagoas

A historiografia que constitui o atual estado de Alagoas é a suma de abundantes fatos que situam essa localidade, em virtude, especialmente, pela sua ampla contribuição no desenvolvimento da região, bem como, na expansão econômica da Europa durante os séculos XVI e XVII. Sobretudo, no processo de colonização dessa região por Christopher Linz, nas primícias da monocultura açucareira (que atualmente permanece sendo uma atividade fabril, centralizando um significativo percentual do PIB (Produto Interno Bruto) estadual alagoano), além da criação dos primeiros engenhos, a mão de obra escrava de oriundos da África (estes trabalhavam intensamente nas plantações, nos engenhos e demais funções), os embates com os nativos e demais eventualidades que ocorreram, que se tornaram fatos, os quais, possibilitaram na construção, desenvolvimento e expansão que representam atualmente o estado.

Anteriormente, quando ainda era denominada como província, Alagoas estava situada na região sul da Capitania de Pernambuco, no entanto, demandava passar por uma divisão. O historiador alagoano Dirceu Lindoso (2000, p. 34) afirma o seguinte "Do rio Uma ao rio Santo Antônio Grande designou de Alagoas pars borealis, cujo pólo de colonização era Porto Calvo, e do rio Santo Antônio Grande ao rio São Francisco designou de Alagoas pars meridionalis, cujo pólo de colonização era Penedo." À vista disso, essa fragmentação cartográfica das terras alagoanas fez-se, principalmente, por questões administrativas da Europa mercantilista, como uma forma de aquisição em demarcar o território.

Em vista disso, foram instituídos alguns pólos de colonização, sendo eles o pólo de Penedo, Porto Calvo e Santa Luzia do Norte, estabelecidos em 1570, 1590 e 1608 respectivamente. A criação de cada um desses pólos correspondia às perceptíveis características das regiões em que estavam localizados. Deste modo, passou a haver dois modelos de colonização, enfatiza Lindoso (2000, p. 43) "[...] um se expandindo em direção ao sertão e outro se expandindo por toda zona das matas". Tal como seguiam associados às peculiaridades de cada território, dentre elas, o intensivo cultivo da cana-de-açúcar e o pastoreio de rebanhos, tais como, o bovino, equino e o caprino.

O modelo penedense era fundamentado no vasto pastoreio, portanto, não havia nessa função mão de obra escrava, em contrapartida, o modelo porto-calvense estava fundamentado na monocultura açucareira e utilizava de extensa mão de obra escrava. Por conseguinte, o principal objetivo dos modelos de colonização fora considerado primordial na contribuição para o desenvolvimento da autonomia da antiga Santa Luzia – Alagoas. Isto é, o intuito era centralizar suas influências comerciais e urbanas para Maceió. Foi então, através do surgimento de Maceió, na ocasião em que se tornou a capital, que culminou na ruína no quesito econômico dos modelos de colonização penedense e porto-calvense.

No início do século XVIII aconteceu a elevação de Alagoas para Comarca, mas, foi somente em 1817 que ocorreu a separação oficial da Província de Alagoas para tornar-se uma Capitania independente, e esse fato deu-se por questões estratégicas e política em consequência da Revolução pernambucana de 1817, ou seja, foi o rompimento da Capitania de Pernambuco com a coroa portuguesa. Tendo em vista as transformações em relação a Comarca das Alagoas, há fatos que requerem maior relevância, consequentemente, como as ações políticas de cada região e os grupos estabelecidos de conservadores e liberais. Destacam-se nessa comarca dois indivíduos, sendo eles, Antônio Ferreira Batalha e Antônio José Victoriano Borges da Fonseca.

Aconteceu na Comarca de Alagoas um fato inusitado, em que, diante de sua curta estadia, o clérigo Padre Roma, desencadeou uma série de propagação de ideias revolucionárias, atribuindo naquela região suas excêntricas referências subversivas ao militar Borges da Fonseca. Atraído por tais ideologias, o militar Fonseca conspirou em meio a sociedade, conquistando o interesse de alguns homens influentes da região sobre uma eventual revolução naquela Comarca. Borges da Fonseca estava determinado a estabelecer tomadas de decisões, procedeu-se dentre elas, quando proclamou a Revolução nas Alagoas em 18 de março, e seu intuito seria tornar revolucionário aquele território.

Cita Almeida (2008, p. 75) “Borges da Fonseca havia mandado municiar o Batalhão; os revolucionários fizeram ameaças de morte, comunicaram que a Bahia havia aderido e que navios estrangeiros estavam prestes à ajuda.” O intuito do clérigo, seria então, originar e provocar um movimento tumultuoso e hostil, no qual obteve determinado êxito, por meio do motim executado por Fonseca.

A desqualificação de Borges da Fonseca em seus objetivos revolucionários perdurou por dezessete dias, quando abandonou o posto de comando, por estar cada vez mais encurralado. Contudo, o militar ainda continuava em busca de apoio para a resistência, mas, cessa suas tentativas determinantes ao planejar manter tal revolução. Embora o militar tivesse sido instigado pelo idealismo revolucionário propagado, expôs naquelas circunstâncias sua notória crítica ao sistema colonial, sobretudo, as extorsões, os excessivos juros cobrados e a exploração que os povos da região vivenciavam.

Antônio Ferreira Batalha era um dos nomes da resistência em posição contrária ao movimento originado por Fonseca, no qual, estava reunido às outras autoridades empenhadas a pressionar o comandante do levante estabelecido. Posteriormente, o militar cedeu à pressão. Todavia, a repercussão do levante não foi um caso irrelevante, pois, a partir deste resultou em uma das razões pela separação do território alagoano da Capitania de Pernambuco, bem como, a instauração de uma gestão para um governo provisório com o desígnio em administrar a Comarca das Alagoas, segundo Almeida (2008, p. 77) “O governo era composto pelo Ouvidor, pelo Vigário Coelho e Manoel Duarte Coelho”. Em 31 de março Batalha chegou às Alagoas, seu posicionamento era em benefício de salvaguardar os princípios colonialistas.

O curto período em que houve a revolução acarretou em um componente político, a discordância entre o nacional e o português, as contraposições e a permanência do conservadorismo colonial. Contudo, foi após as ideias de revoluções, em 1817 os senhores donos de terras eram convidados para participar e fazerem suas colocações políticas com maiores relevâncias na comarca. As autoridades tomaram suas posições, foram contra os revoltosos, com o objetivo de manter a ordem na região.

Diante disso, pode-se observar que o movimento revolucionário também serviu como impulso para posteriores providências favoráveis que ocorriam e que fossem convenientes para os habitantes e o progresso da comarca. Um fato explícito foram as opostas posições que Batalha e Fonseca possuíam. Enquanto Batalha era bem-sucedido, tinha o apoio da sociedade, considerado íntegro e conceituado, em contrapartida, Borges da Fonseca era um indivíduo desprestigiado, inestimado e como consequência de seus atos tornou-se um excêntrico aspirante com convicções adversas e hostis.

Com o pleno avanço contínuo das Alagoas, vale lembrar que esta teve seu inicial desenvolvimento quando ainda pertencia à Capitania de Pernambuco. Todavia, seu progresso se estabeleceu quando foram criadas as primeiras vilas povoadas pelos colonizadores e escravos dos primeiros engenhos, especificamente, em virtude da cultura e indústria do açúcar, resultando no desenvolvimento da economia açucareira e a colonização dos escravos, resultando consequentemente no alto índice do tráfico escravocrata. Sobretudo, o período da escravidão tornou-se indispensável na construção da economia dessas províncias, pois, era através da mão de obra escrava que o banguê assegurava seu avanço na produtividade e riqueza. A monocultura açucareira era vinculada de forma intensa e exclusivamente ao trabalho escravo, visto que eram estes os responsáveis por toda produção.

A população de escravos que chegavam era originária de diversos países, não se sabia exatamente qual sua nação, mas, em sua maioria, oriundos de diversas regiões do continente africano. Grande parte dos escravos dos engenhos da província alagoana era formada pelo povo Bantu.

Entretanto, em 1888 extremamente afetados com a abolição da escravidão, os senhores de engenho sofreram igualmente com o abalo econômico decorrente do declínio do açúcar juntamente com a abolição escravocrata, levando em consideração o fato do banguê não ter possibilidades em ser capaz de manter o trabalho livre. Como ressalta Diégues:

> De fato, a manutenção do engenho reclamava grande escravatura. Informa D. Loreto Couto que para o trabalho de toda a fábrica são necessários sessenta escravos; alguns engenhos têm até duzentos, e todos são indispensáveis. O escravo era preciso para tudo: para cortar e carregar a cana, para meter lenha, para limpar as caldeiras, para as tachas, para o mel, e assim por diante. (DIÉGUES, 2006, p. 164)

O engenho era o ponto central da política do século XIX, seja os apoiadores do partido liberal ou conservador, cada grupo defendendo suas posições. A associação política de grupos locais estava diretamente relacionada aos senhores de engenho e evidentemente a economia açucareira, cujo poder e prestígio social era vinculada à coroa, das competências representativas, das quais, estes senhores exerciam, como o comando das Câmaras Municipais e demais instituições e os títulos que recebiam.

A coroa contava com uma articulada rede de apoio desses senhores de engenho, diante disso, qualquer movimento hostil que acontecesse nas províncias contra a coroa, os senhores de engenho extinguiam toda ameaça possível. Havendo

então uma troca de benefícios mútuos entre ambos. Apesar disso, circunstâncias conflituosas ocorriam como os embates políticos entre esses senhores em relação à apropriação de determinadas terras. Como enfatiza Diégues:

> O engenho era o centro das atividades políticas da província, como, de resto, fora na colônia. O senhor de engenho não é apenas o chefe de sua propriedade; seu prestígio alarga-se a todo o espaço que o rodeia e vai juntar-se com o de outros proprietários, formando um verdadeiro bloco homogêneo. Principalmente, dentro de cada região açucareira. (DIÉGUES, 2006, p. 209)

Era considerável e bem singular o local definido em que ocorriam os encontros para reuniões dos senhores influentes da região, as capelas dos engenhos eram escolhidas como espaço em que eram discutidas as diligências e por conseguinte, seria através das próprias capelas que comunicavam as deliberações tomadas para a população.

A capela e o engenho, ambos se complementavam, a capela por ser uma construção embasada com fundamento religioso, evidentemente, desempenhando a função de lugar respeitável, assim como o engenho, em representar a autonomia no quesito tanto econômico quanto de autoritarismo. Uma vez que, era por meio dos árduos encargos realizados nestes locais responsáveis por grande parte do capital arrecadado.

3. Os retirantes

Retirantes são os povos que emigram de suas regiões para outras cidades em busca melhores condições de vida. Fragilizados pelo clima seco e desprovidos de condições para subsistir em determinadas circunstâncias, os retirantes buscavam outra perspectiva de vida em outras regiões. No século XIX, na década de setenta as regiões do Nordeste brasileiro passaram por numerosos e vastos períodos de estiagem, ocasionando assim, a necessidade de os habitantes daquelas regiões migrarem daquele cenário de tamanha vulnerabilidade que a seca provocara. Por falta de gêneros para se manterem, os retirantes partiam de seu lugar de origem em busca de outro meio de vida. O território de Alagoas foi então uma região de permanência para esses retirantes, cidades como São Miguel dos Campos, Penedo, Pilar e nas Alagoas (atual Marechal Deodoro), ficavam superlotadas com a quantidade de retirantes que chegavam e lá se instalavam. Em sua maioria estavam amontoados e

outros espalhados pelas ruas pedindo esmolas, acarretando o desconforto dos moradores locais daquelas cidades. Nos lugares mais desertos furtavam os indivíduos que passavam, enquanto outros roubavam as casas e as saqueavam. Conforme citado no Jornal do Pilar em 7 de junho de 1878.

> Foi criada uma colônia no extinto aldeamento de S. Amaro, perto desta cidade uma légua, para serem ali empregados os retirantes que se acham em S. Miguel de Campos, aqui e nas Alagoas. Foi nomeado diretor o senhor Alexandre Mariz da Fonseca. (Gazetilha. Jornal do Pilar. Pilar, 07/06/1878, p. 2.)

O aldeamento cujo retirantes eram instalados, estava sob a direção de Alexandre Mariz da Fonseca. Contudo, era perceptível o descontentamento da criação dessa colônia naquela região, o motivo seria pelo grande número de retirantes que lá estavam abrigados, chegando a um total de mais de quatro mil, visto que, a colônia era próxima a imediações de diversos engenhos de açúcar, dos quais, os proprietários já se encontravam apreensivos pelo que esses retirantes poderiam causar futuramente em suas propriedades. A manifestação da população local também era pelo fato de saber que no meio do numeroso grupo de retirantes tinha, entre eles responsáveis por assassinatos, como mencionado no Jornal do Pilar (1878, p. 1), “Acostumados ao vício e a pilhagem, em um só lugar, em cujo número já se tem descoberto assassinos pronunciados em crime de morte etc.”

Os jornais faziam críticas a lamentável escolha daquele aldeamento para a criação da colônia, no qual, apontavam Leopoldina como o lugar mais adequado para acomodá-los, desde que teriam mais espaço e recursos. Todavia, a colônia logo acabou-se, passando os retirantes a ocupar novamente as ruas da cidade e gerando mais uma vez o incômodo dos moradores. A esperança de melhores condições seria na visita do Dr. Gonsalo Faro, chefe de polícia da província, na ocasião em que presenciasse o estado lamentável que as ruas da cidade se encontravam e que pudesse adotar medidas para conter os indivíduos. Consequentemente, às ruas estavam sujas e repletas de retirantes doentes com febre e sem nenhum tipo de cuidado médico. Consta no Jornal do Pilar, (1878, p. 2) “Continuam os retirantes do sr. Mariz no mais santo ócio, enquanto as ruas desta cidade estão emporcalhadas, cheias de lama podre!”

O surgimento de algumas doenças era um fato muito comum, visto que, os retirantes viviam expostos em meio à vulneráveis condições de moradia, os grupos

ficavam locados em calçadas, ou quaisquer lugares que pudessem se abrigar. Pelas precárias condições sanitárias que ficaram as províncias, frequentemente reinavam algumas febres intermitentes entre esses grupos, doenças virais como varíola e o sarampo, além de alguns casos de febre amarela que vieram a surgir por meio de estrangeiros.

Os jornais de Penedo relatavam a grande quantidade de retirantes que haviam chegado na cidade. Em razão de tal circunstância lhes restavam lançar nota para o conhecimento do Governo em relação às condições precárias sobre o grupo que superlotaram as ruas. A cidade de Penedo não tinha uma comissão de socorro para os retirantes, e apesar da população penedense embora fosse modesta, ainda contribuía o pouco que possuía com aquelas pessoas. No entanto, por ser um grande número de retirantes, já lhes faltavam condições para ajudá-los e arriscava a ficar sob a mesma situação destes. Pois, o grande número de retirantes era superior à assistência que os moradores das cidades lhes poderiam favorecer.

Determinadas cidades haviam comissões de socorro instituídas pelo presidente de cada província, apesar de ser numerosa a demanda de retirantes expostos pelas ruas das cidades.

> ESCANDALO! O sr. encarregado dos núcleos de retirantes, queremos dizer, o sr. Mariz está empregando mais de 50 retirantes em limpar canas no engenho Mumbaça, deste termo, canas suas, e esse serviço consta-nos com certeza que é pago à custa dos cofres públicos!! (Gazetilha. Jornal do Pilar. Pilar, 14/07/1878, p. 2.)

De acordo com o Jornal do Pilar de 14 de julho 1878, em algumas circunstâncias os responsáveis pelos grupos de retirantes empregavam parte destes para executar tarefas particulares, como o caso do senhor Alexandre Mariz encarregado do aldeamento de Santo Amaro, no qual empregou alguns desses retirantes para invadir e danificar terras de um índio da região de São Miguel dos Campos. Além disso, é notório também constatar os diversos inconvenientes causados pelos retirantes, onde havia evidências de jornais daquela época afirmando no Jornal do Pilar, (1878, p. 2) “CONSTA ao Século que o dr. Gonsalo Faro pediu sua demissão de chefe de polícia, motivado por escândalos que se vão dando com relação a negócios de retirantes”.

Todavia, a busca de meios de sobrevivência em outras localidades possibilitava aos retirantes vivenciar outras novas experiências. Com as obras públicas em pleno

desenvolvimento, no estado do Ceará, no período entre 1877 e 1919, que possibilitou muitos desses retirantes serem recrutados para trabalhar nessas obras como operários. O intuito do governo era atribuir funções de prestabilidade, uma vez que, esses indivíduos ficavam expostos nas ruas das cidades e sujeitos a criminalidade. Menciona Tyrone.

> Foi imposta àqueles considerados aptos a condição de trabalhar em serviços urbanos ou, preferencialmente, em grandes obras de construção, como em prolongamentos de estradas de ferro e em construções de açudes, para que com isso tivessem acesso ao socorro do governo. Ferrovias como as estradas de ferro de Sobral e de Baturité foram construídas em quase todas suas extensões pelas mãos de retirantes. Da mesma forma, grandes açudes. (CÂNDIDO, 2011, p. 173)

O trabalho era visto através da população como um meio de compensação pela contribuição financeira ofertada pelo governo para esses retirantes. Entretanto, as funções exercidas nessas obras apresentavam variadas dificuldades, desde a relação com a gestão de comando, no que se refere ao intenso autoritarismo, até a carência de mantimentos para os operários e precárias habitações.

O progresso destas construções necessitava de ampla mão de obra para a execução das tarefas mais comuns, que era realizadas pelos retirantes e também agricultores regionais, porém, era fundamental a colaboração de equipes especializadas que tivessem domínio com máquinas tecnológicas, em vista que, grande parte dos operários tinham poucos estudos e ficavam responsáveis pelas árduas tarefas. Essas equipes especializadas em tecnologia, por vezes, partiam para regiões longínquas em obras do Nordeste e até mesmo para países do exterior. Logo, tornava-se explícito que havia ali a dessemelhança entre os trabalhadores, os que exerciam funções qualificadas adquiriam múltiplos benefícios, enquanto os retirantes e trabalhadores daquelas regiões com encargos do básico ao exaustivo, por vezes, recebiam apenas suas refeições diante de toda precariedade.

> [...] aproveitar a presença de milhares de pessoas como mão de obra para os “melhoramentos materiais” era uma medida bastante sugestiva quando se teria inevitavelmente de despender grandes recursos com os pobres. Mas o emprego dos retirantes em obras públicas também servia como “solução” para problemas mais imediatos da sociedade cearense, em especial de suas elites. (CÂNDIDO, 2011, p. 178)

A contribuição financeira do governo para com os flagelados da seca prestava-se, principalmente, como um meio de contê-los, isto é, retirá-los das ruas, lugar onde se amontoavam e afastá-los de práticas criminosas e causar revoltas. Apesar disso,

ainda aconteciam reivindicações por melhores condições de subsistência, visto que os grupos de retirantes eram significativos para a demanda que o governo concedia.

Cada período de longas estiagens, servia como oportunidade de trabalho em outras regiões para os retirantes nas denominadas obras de socorro público. Múltiplas obras foram construídas por esses retirantes, desde estradas de ferro e colaboraram também nas construções de infraestruturas de recursos hídricos como os açudes na região Nordeste, poços, portos em cidades litorâneas e tantas outras. Todas essas obras beneficiavam ambas as partes, pois, ofereciam desenvolvimento às províncias ao mesmo tempo que amparavam os carentes flagelados.

Os retirantes viviam um período de extrema miséria e diante de ingressar em um modo de trabalho completamente diferente do qual estavam habituados, visavam nas obras a possibilidade de garantir sua subsistência e de sua família, prestando serviço para quaisquer ocupações que lhe garantisse o básico. Grande quantidade desses retirantes eram considerados aptos para as construções, todavia, muitos morriam pela precariedade do local que trabalhavam, principalmente, às doenças como a varíola que aniquilava diariamente dezenas desses trabalhadores.

Uma circunstância comum era a evasão dos operários retirantes que abandonavam suas tarefas, como ocorreu na construção das estradas de ferro de Baturité – CE, que foram interrompidas pela ausência de homens para estas obras. A justificativa dos trabalhadores seria, eventualmente, a insatisfação pela carente assistência que lhes eram ofertadas e o intenso desgaste nas tarefas exercidas, além do autoritarismo dos engenheiros, que baseando-se em suas funções, delimitavam um ambiente com aspecto de superioridade e preeminência.

4. A Criminalidade Emergente

Algumas regiões do Nordeste já tinham um índice de furtos e criminalidade, e segundo os jornais daquela época, com a migração de retirantes, devido à seca, para outras cidades em prol de sua subsistência esses números aumentaram consideravelmente. Tais circunstâncias desagradava os habitantes das cidades, pois, avistavam com tamanho desprezo e ou suplício inúmeros indivíduos implorando por

um pedaço de pão, superlotando as ruas e gerando profundo desconforto para os moradores.

O descaso do governo em relação aos retirantes por diversas vezes era indolente e tardio. Foram incontáveis mortes desses indivíduos que largados, vagavam pelas ruas tomado por doenças e miséria, sobretudo, omitidos pelas autoridades governamentais. Homens, mulheres, jovens e crianças que percorriam os vastos sertões à procura de sustento e, diante do cenário de negligência, alguns recorriam às práticas criminosas como furtos de gado e mantimentos das lavouras.

Em Santana do Cariri, no Ceará, houve um acontecido praticado pela família de um senhor de engenho, os empregados da casa ao flagrar uma família de retirantes adentrando no canavial e roubando, foram pegas duas mulheres de 15 anos e outra de 16 e levadas para a casa grande, onde foram duramente espancadas pelos proprietários. Diante de diversas circunstâncias a prática de roubos foi bastante comum, bem como relata o seguinte fato.

> No município do Porto Real do Colégio, também ribeirinho do baixo São Francisco, alguns retirantes, acossados pela seca e famintos, atacaram na estrada um pobre homem que gulava um cavalo conduzindo uma carga que supuseram ser farinha. Deu-se lueta de que resultou a morte do cambiteiro. Verificado o conteúdo das duas sacas, era cal! (Notas Diárias. Gutenberg. Maceió, 21/03/1908, p. 1)

A seca devastava as províncias dos sertões afetando não somente a população das regiões, mas também as pequenas e grandes plantações que aos poucos eram arruinadas, e as ossadas dos animais que debilitados pela escassez de água e pasto, caíam no que sobrou daquele solo aniquilado. As extensas estradas que levavam em direção ao litoral ou ao norte mineiro eram comumente tomadas por grandes ou pequenos grupos de retirantes que não havendo outra opção, abandonavam temporária ou definitivamente aquela região.

O governo público federal beneficiou alguns estados como Paraíba, Ceará e o Rio Grande do Norte, enquanto os demais estados, como Alagoas, afetados também pela estiagem eram ignorados, resultando na insatisfação da população em geral, tanto pelos retirantes, quanto pelos habitantes das vilas apossados por estes indivíduos. A sugestão proposta da população era tornar tais problemas de longas estiagens em uma pauta nacional, uma vez que, essa adversidade tem ocorrido com certa frequência.

Em maio de 1890 o Governador de Alagoas designou aos socorros públicos uma quantia para dois municípios do estado, são eles, Pão de Açúcar e Piranhas, além de lhes proporcionar abrigos como armazéns e ou casas grandes para amparálos evitar desordens nas ruas. Contudo, as condições de saúde de alguns retirantes se encontravam em declínio, as moléstias já os haviam tomados. Outra forma que o governo instruiu a distribuição da verba de assistência para aqueles povos foi em forma de escambo, na qual, os retirantes trabalhariam em obras de construções públicas e em troca ser beneficiado com a verba.

A intenção do governo era dar ocupação de utilidade a estes retirantes, logo, as obras públicas se tornaram alvo de compensação. Uma dessas obras foi a ferrovia de Paulo Afonso que ligava o alto ao baixo São Francisco. Foram 116 quilômetros de ferrovia que ofereceria inúmeros benefícios, como também, possibilitaria o desenvolvimento daquelas regiões circunvizinhas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pode-se perceber a vasta riqueza em conhecimentos acerca do Estado de Alagoas, buscando pautar, principalmente, sua influência quanto aos retirantes e o modo como se estabeleceram nessa região. Logo, tive a oportunidade de identificar uma narrativa singular dos fatos ocorridos, em como sucedeu uma fração no progresso da historiografia do território alagoano, do qual, foi cenário de instalação para os numerosos emigrantes flagelados que fugiam da extrema seca na tentativa de sua sobrevivência. A grande maioria buscava dedicar-se ao trabalho, das quais, determinadas oportunidades, por vezes, desempenhadas em obras do governo, como ferrovias, açudes etc. Bem como salienta também as condutas realizadas por determinados grupos de retirantes dadas as excepcionais circunstâncias. Acentuo ainda que os conhecimentos obtidos tratam-se de uma sólida contribuição, especialmente, uma bagagem enriquecedora para meu ofício como uma historiadora, bem como, uma cidadã alagoana, brasileira, fascinada pela História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Vicente de Paula, capitão de todas as matas**. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana, Ed. 1. pág. 71-102. Maceió: Edufal 2008.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará – 1877-1919)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, número 6, p. (176-193). Ano de publicação, 29 de abril de 2022.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. **O banguê nas Alagoas**. Pág. 1-339. Maceió: EDUFAL, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Pág. 33-72. Maceió: Edições Catavento, 2000.

MAGALHÃES, Antonio Rocha (org.). **A questão da água no Nordeste**. Pág. 1-436. Brasília-DF, 2012.

SOARES, Marlene Yara Tenório. CARVALHO, Rodrigo Guimarães de. **Gestão dos recursos hídricos e conflitos no semiárido: estudo de caso do açude Lucrécia, estado do Rio Grande do Norte**. Revista GeoInterações, Assú, v.6, n.1, p. (57-76), jan./dez. 2022.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Gazetilha**. Jornal do Pilar. Pilar, 07/06/1878, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/811696/742?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Colônia de Santo Amaro**. Jornal do Pilar. Pilar 23/06/1878, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/811696/749?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Gazetilha**. Jornal do Pilar. Pilar 14/07/1878, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/811696/758?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Gazetilha**. Jornal do Pilar. Pilar, 14/06/1878, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/811696/757?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Gazetilha**. Jornal do Pilar. Pilar, 07/06/1878, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/811696/742?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Hemeroteca Digital. Retirantes. In: **Notas Diárias**. Gutenberg. Maceió, 21/03/1908, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/809250/8467?pesq=%22retirantes%22 Acesso em 26 de fevereiro de 2023.